

# De Atahualpa a Guevara: nossos ilustres desconhecidos

Marcos Antônio Caixeta Rassi

UNIPAM

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo** Propomos, nesta reflexão, ressignificar o ensino da História da América no Brasil, partindo do princípio que a América constitui um rico, múltiplo e complexo mosaico cultural, onde nós brasileiros, professores e alunos, ainda não produzimos uma cultura de pertencimento latino-americano. Torna-se necessário romper com o pacto de silêncio-desconhecimento da História da América no Brasil e voltar o olhar para o passado latino-americano como forma de nos encontrarmos.

*“Trincheiras de idéias valem mais do que trincheiras de pedra”  
José Martí*

“Infeliz da nação que precisa de heróis”. Brecht, dramaturgo alemão, nos alertou já há algum tempo. Paulo César Pinheiro, poeta e músico, avisa que “o herói que libertou o homem, foi quem lutou pra não passar mais fome”; logo, o herói assim entendido é todo homem que trabalha e que, em processo de construção plural, historiciza-se no tempo. O tempo é a medida da história, melhor, constitui o lugar da história. Tempo e espaço bastam à ação humana.

Parte daí nosso interesse em estudar a América, o *lugar* – que João Gilberto carinhosamente saúda toda vez que chega em alguma nova cidade – Bom dia, lugar! Não se trata, portanto, de um espaço geográfico ou geopolítico puro e simples, mas a aldeia Kantiana ou “minha terra” como dizia o poeta coromandelense Gerson Coutinho, o nosso Goiás. Portanto, entendemos a América Latina como nossa aldeia.

Deixemos claro, entretanto, que estamos nos referindo à América cuidadosamente relatada por Cristóvão Colombo em seu monumental *Diários da Descoberta da América*, de 1492 (COLOMBO: 1984), ou àquela relatada pelo Frei Bartolomé de Las Casas no seu indignado *O Paraíso Destruido* de 1552, (LAS CASAS: 1984). Assim, estamos preocupados fundamentalmente com a América afro-Ibérica e com a história que se fez e se faz aqui. Por que este limite espacial? Por que não incluirmos a América Anglo-Saxônica? Por que são ricos e imperialistas? Não somente. Porque o tempo histórico de formação é outro. Porque a formação étnica, a cultura, a língua, a demografia, a política, a economia, os interesses foram gestados e moldados diferentemente, noutro contexto.

Falar da América no Brasil é tão desconcertante quanto falar da História do Brasil. Explico melhor: nunca fomos capazes de registrar dentro de nossa alma a preocupação com a tradição, com a memória e, conseqüentemente, com a História. Se perguntarmos a nós mesmos o que fazer com todo nosso conhecimento histórico acumulado, certamente não saberíamos explicar o que fazer com esta parafernália. Esta é a prova mais definitiva de que não somos tão históricos quanto juramos na sala de aula.

O que pretendemos discutir é a importância da História da América como espinha dorsal de um projeto cultural amplo de um povo, nós mesmos. Pretendemos enfatizar que enquanto não entendermos a trama que nos une aos guatemaltecos, jamaicanos, bolivianos, argentinos, uruguaios, não seremos capazes de entender nossos dramas sociais.

Devemos atentar mais interessadamente para o berro intimista e denunciador do poeta que diz “*o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui*”. O Haiti é recordista em miséria e nós estamos sempre mais preocupados com os famintos da Somália, esquecendo que a fome está matando avassaladoramente nas periferias de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou no nosso Vale do Jequitinhonha.

Dados da ONU apontam Serra Leoa, na África, como “medalha de ouro”, Honduras como “medalha de prata” e o Brasil com o “bronze” em partilha injusta da riqueza em todo o globo. Justamente o Haiti e Honduras, além da Guatemala, Belize, El Salvador e o México, que foram palcos das maiores culturas deste planeta, ao lado de gregos, mesopotâmicos e egípcios. Como explicar isso? Mera fatalidade?

Questiona-se muito hoje no Brasil, o problema do nacionalismo, do patriotismo, do amor ao país. Já estão até justificando a falta de patriotismo à retirada de OSPB – Organização Social e Política Brasileira – e EMC – Educação Moral e Cívica – dos currículos escolares, como se em algum momento da permanência dessas famigeradas disciplinas, houvesse a possibilidade de realmente tratar da questão nacional sem os entraves doutrinários e dogmáticos estabelecidos pela ditadura militar. Ora, como professor de História, sabemos que não existe a menor hipótese de enraizamento de uma concepção de patriotismo se o povo não for identificado com a História de seu país.

Como seremos capazes de nos orgulharmos de nossa História se não sabemos a raiz que a edificou?  
que a professora  
esses não tinham um mínimo de identidade com seu povo?

Revista Alpha, (6):110-117, 2005

Como falar em heróis  
ensinava na aula, se

Basta um exemplo: a Confederação do Equador e seu desfecho. Lá em Pernambuco, um frei letrado, identificado com seu povo e suas lutas, vivendo o sofrimento cruel dos sertanejos nordestinos, rebela-se, conclamando a massa a lutar contra as arbitrariedades de um imperador absolutista que impõe uma Constituição digna “dele”, como ele próprio fez questão de afirmar. Os estados do Nordeste se unem e chegam a adotar uma Constituição republicana – provisoriamente a da Colômbia que acabava de se emancipar da Espanha – e se dizem autônomos do resto do Império. Tiveram a coragem de se rebelar contra a farsa da

independência e recusar o autoritarismo do rei que havia fechado a Constituinte de 1823. Final da História: D. Pedro I manda Frei Caneca pra forca, apesar de não encontrar em Pernambuco ninguém que tivesse a coragem de enforcá-lo e o herói da história e o português truculento e devasso. Frei Caneca morre fuzilado e hoje é nome de presídio de alta periculosidade no Rio de Janeiro: esse é o lugar que reservamos aos nossos verdadeiros heróis.

Este problema de memória histórica é um problema americano, mas, sobretudo brasileiro, pois em alguns países da América Andina e Platina, o povo conhece muito bem seus heróis, ou pelo menos os protagonistas de suas transformações mais fundamentais; cultuam seu passado e sua cultura. Basta observar a história do Peru, da Nicarágua, do Uruguai ou mesmo de Cuba.

É impossível conhecermos a História peruana desconhecendo, por exemplo, quem foi Atahualpa, o principal dos Incas. Estudar sobre seus limites, seu projeto político-ideológico, a religiosidade e o misticismo que envolveu o povo inca e mesmo os mecanismos de dominação utilizados pela elite incaica. Aí, entenderemos porque, num período de aproximadamente meio século, a população da América foi covardemente dizimada de 80 milhões para apenas 3,5 milhões de índios, o que significa dizer que nenhum conflito, da antiguidade aos dias atuais, mesmo considerando as grandes epidemias européias, africanas ou asiáticas, se matou tanto.

Todorov, em importante livro sobre a conquista da América, mostra a dimensão exata da dizimação:

[...] lembraremos que em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 habitam as Américas. [...] Ou, se nos restringirmos ao México: às vésperas da conquista, sua população é de aproximadamente 25 milhões; em 1600, é de 1 milhão. Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, parece-me, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% e mais) [...] (TODOROV, 1993, p.129).

Nunca houve na história da humanidade uma chacina tão perversa quantitativamente quanto a conquista do Novo Mundo pelos europeus. A historiografia oficial ainda apregoa a índole indolente, preguiçosa e passiva do índio. Vejamos o nível de argumentos dos conquistadores hispânicos para justificar a hecatombe nos Andes Centrais, no caso, a conquista de Francisco Pizarro aos Incas:

[...] Responde Atahualpa Inca e diz que não tem que adorar a nada senão o sol que nunca morre [...] Responde Frei Vicente que isso lhe havia dito o evangelho, o livro. E disse Atahualpa: dêem-me o livro para que me diga isso. E assim lhe deram o livro e o tomou nas mãos: começou a folhear as folhas do dito livro. E disse o dito Inca que, como não lhe disse anda, nem me fala a mim o dito livro, [...] arremessou o dito livro das mãos, o dito Inca Atahualpa. (LEON-PORTILLA, Miguel, 1984, p. 108).

No momento da confrontação ideológica mais radical da conquista, quando Francisco Pizarro, conquistador espanhol, polemiza com o imperador inca Atahualpa, usando da racionalidade europeia, ou seja, exigindo que um índio lesse e entendesse uma bíblia escrita em latim e que reconhecesse ali o único e verdadeiro Deus, em detrimento dos deuses incas, ali já se estabelecia a lógica da conquista: a eliminação sistemática de diferença, a negação da alteridade, a destruição de qualquer forma de manifestação artística que não fosse inspirada em padrões europeus.

Cortés ficou maravilhado com Tenochtitlán. Admirou-a o suficiente para desejar destruí-la. Destruiu o que pôde. A “perfeição” da cultura europeia (presente nas obras renascentistas) não permitia a descoberta de uma outra imagem também “perfeita”, mas sustentada por outros padrões culturais. Para excluir a diferença, era necessário privar de vida as culturas em confronto, transformando-as em fragmentos (SILVA, 1987, pp. 57-58).

A perplexidade dos europeus renascentistas com a exuberância da arquitetura monumental dos Incas, Astecas e Maias, não podia ser equacionada senão pela total destruição física e material de todo o complexo cultural das Altas Culturas ameríndias. O antropólogo Claude Lévi-Strauss disse certa vez que se a lógica da conquista da América fosse outra, os espanhóis poderiam ter construído um vasto império em aliança com os Incas e Astecas, que a história da humanidade hoje seria certamente bem diferente. Bastava haver respeito por parte dos europeus e uma parceria entre os impérios aqui existentes com as nações ibéricas.

A quem interessa reestudar a História desse passado na América? Os peruanos, em certa medida, procuram este conhecimento. Outros países da América Hispânica também, mas o Brasil dorme profundamente e desconhece totalmente a importância de um estudo mais endógeno da América. Somos ignorantes e desinformados tanto do fato histórico em si, quanto da análise sociológica, da ideologia, enfim, da interpretação de tais fatos.

Alimentamos uma posição pseudo-imperialista na América, colocamo-nos como herdeiros naturais da cultura europeia e não somos capazes de entender que a miséria haitiana ou hondurenha é a mesma miséria de Vigário Geral ou do Carandiru; que o caudilhismo – assim como o populismo – tem suas raízes autoritárias herdadas do mandonismo patriarcal-cristão da Península Ibérica.

Não temos a inteligência de perceber que as prostitutas americanas – desde as primeiras, às atuais – são, sistematicamente, as índias e negras; que Fernandinho Beira-Mar pode ser também entendido como uma reação e uma subversão ao processo de modernização burguesa, chamado cinicamente de “higienização”, tocado pelas elites e excluindo a maioria das populações ameríndias.

Ao invés de costurarmos a lógica causal da história política e factual da América, poderíamos acionar exatamente o que não emplacou, a anormalidade, a banalidade, a subversão da ordem, as constantes rebeliões e motins indígenas e de negros fazendo desta “anarquia” a lógica do entendimento da América. Precisamos envergar ainda mais o me-

ridiano de Tordesilhas e rompermos com o pacto de silêncio que nós mesmos criamos, ou seja, devemos urgentemente nos comunicar com os irmãos de língua castelhana.

Se atentarmos para os chamados “temas transversais” dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais – tal iniciativa seria perfeitamente aceitável e até recomendável.

Precisamos entender que nosso inimigo cultural, econômico, militar e ideológico comum nunca foi a Argentina ou o Uruguai, mas a lógica do capital que nos impôs uma submissão perversa ao longo de um processo de mais de 500 anos. Nossa maior ira é justamente canalizada para descarregarmos contra a seleção de futebol da Argentina. Ora, convenhamos, isso é miopia! Até quando vamos continuar reproduzindo outras “guerras do Paraguai”, matando-nos mutuamente?

Precisamos mostrar aos nossos alunos que o limite do nosso mundo é o limite de nossa linguagem e que a língua falada pelos equatorianos, venezuelanos ou porto-riquenhos é de uma musicalidade tropical fantástica e comum a “nosostros” brasileiros, que o contorno lingüístico da América latina é o mesmo e que a frase “Soy loco por ti América” é o mesmo que sou louco por ti, América. Devemos conhecer a história de artistas como Victor Jara, que perdeu os dedos para nunca mais cantar e tocar contra as ditaduras que assolaram a América Latina.

No dia 18 de maio de 1781, o cacique José Gabriel Condorcanqui Tupac Amaru foi exemplarmente executado no centro da grande praça de Cuzco, no Peru, ao lado de sua mulher Micaela Bastidas e de seu filho mais velho. Ao líder rebelde coube a morte mais dramática: após ter sua língua cortada, foi amarrado em quatro cavalos, esquartejado, e sua cabeça e membros ficaram expostos em diferentes lugares da província de Cuzco. O que restou de seu corpo foi queimado, juntamente com o de sua mulher (GERAB & RESENDE, 1987, p. 7).

Tupac Amaru propôs, em 1781, acabar com o mandonismo dos corregedores espanhóis instalados no Peru e lutar para livrar os índios dos terríveis trabalhos forçados nas “obrajes”. Sonhou e praticou a possibilidade de um Peru livre, fundamentado politicamente nas tradições incaicas, de quem era descendente. Lutou e chegou a aventar a hipótese de um governo de aliança com os “chapetones”. No entanto, foi traído e entregue às forças “peninsulares”, exatamente por índios de sua nação, assim como Tiradentes. Foi esquartejado publicamente com sua mulher e parentes, isto a alguns quilômetros de Rondônia ou Acre e 99% dos brasileiros sequer já ouviram falar em Tupac Amaru, nome, aliás, que inspirou a criação de guerrilheiros uruguaios de formação marxista da década de 60. Foram os temíveis *tupamaros* que registraram muita resistência ao longo da história uruguaia.

Simon Bolívar e San Martin também são absolutamente desconhecidos do público brasileiro. O projeto destes líderes americanos era o de tornar a América uma nação livre e soberana. Claro que dentro dos limites da visão aristocrática dos “criollos”, de quem eram descendentes, e sob a orientação política deles – a elite agrária e mineradora americana. “Libertar a Nova Granada da sorte da Venezuela e redimir esta da que padece são os objeti-

vos aos quais me propus nesta memória. Dignai-vos, meus concidadãos, a aceitá-la com indulgência em atenção a propósitos tão louváveis” (BOLÍVAR: 1992, p. 41).

Bolívar liderou um exército composto de milhares de índios e percorreu todo o Vice-Reino da Nova Granada e Peru pregando a emancipação da colônia, assim como San Martín no Vice-Reino do Prata. Perceberam e lutaram contra a virulência espanhola e contribuíram para proliferar na América o ideário da liberdade, influenciando vários movimentos de contestação dos nativos. Em países como o Haiti, as lutas de independência chegaram à participação de escravos, aliás, este era o grande medo das elites americanas, o receio de que a idéia de liberdade chegasse aos negros e índios como uma idéia de liberdade individual e, em função disso, os movimentos pudessem escapar da direção dos criollos.

Nas Repúblicas que vão se formando da fragmentação da colônia espanhola ou francesa, especialmente no Caribe, a participação popular foi bem mais efetiva. Tal premissa vale também para a América Andina e Platina. Já na colônia portuguesa a situação foi bem diferente. A participação popular é pífia e o Brasil só não se fragmentou totalmente em várias repúblicas devido ao uso indiscriminado da força, contra movimentos separatistas.

A Cisplatina, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Pará, Pernambuco e mesmo a Bahia, encabeçaram movimentos separatistas ao longo do processo de descolonização e mesmo da formação do Estado Nacional brasileiro. O país só não se fragmentou totalmente devido à ação violenta e de verdadeira estratégia de *guerra* comandada pelo Duque de Caxias.

Reside exatamente aí a diferença entre Caxias e o General San Martín ou Bolívar, enquanto Martín e Bolívar empunharam armas para libertar seu povo, Caxias lutava para conter seu povo (índios, mestiços, “balaios”, “cabanos”, negros etc) sob as ordens do Império. No Brasil, se perguntarmos por que a Bolívia tem este nome, dificilmente saberemos associar a Simon Bolívar, seu herói libertador. Aliás, se perguntarmos aos nossos alunos, quem foi Caxias, certamente dirão que se trata do colega “CDF”. Nunca saberiam que se trata da condecoração dada pelo Imperador D. Pedro II ao General Luiz Alves de Lima e Silva pelos inestimáveis serviços prestados à pátria, quando da destruição da Balaiada a partir da cidade de Caxias no Maranhão. O próprio domínio popular cuidou e lapidou dando o significado que a historiografia oficial teimou em camuflar.

Se elegermos a palavra liberdade para ser um eixo temático da discussão da História da América no século XIX, certamente teremos algo mais interessante do que insistir no formalismo dos programas e currículos oficiais. Para Simon Bolívar, liberdade era sinônimo de rompimento com a Espanha e fundação de nações livres aqui; já, para Toussaint Louverture ou Jean Dessalines, líderes negros da revolução haitiana, liberdade traduzia o fim da escravidão e separação definitiva dos franceses ou espanhóis.

Apesar de todas as críticas que se possa fazer a Cuba hoje (falta de democracia, direitos humanos, apego desmesurado de Fidel Castro ao poder, corrupção no estado etc), não se pode negar a identidade do povo cubano com sua própria história. Este é um traço

revelador que as revoluções populares trazem em seu bojo. Basta lembrar o caso nicaragüense e salvadorenho. Sandino e Ernesto Cardenal são verdadeiros heróis para seus povos.

A revolução atiza a história, fermenta a memória e assim os homens não passam despercebidos. Pode-se até haver reação a um ou a outro herói, mas há sempre o interesse pelo papel desta ou daquela figura no processo histórico. O mito de “Che” Guevara, neste sentido, é bastante revelador. Trata-se muito mais que os insistentes pôsteres ou estampa de camisetas tão usados ainda hoje no mundo inteiro. Para o povo cubano, Guevara é figura introjetada na memória coletiva, identifica e dá luz a sua história.

Façamos a comparação se estudarmos esses aspectos (da memória, da identidade) na História do Brasil. Vivemos uma ditadura de 20 anos. Qual o nome do herói ou do ditador mais terrível deste período? Não temos introjetado esse nome, esse protagonista. Setores mais intelectualizados e esclarecidos vão dizer que o símbolo do período negro do regime foi o presidente Médici, mas no imaginário coletivo não existe este registro, é uma total falta de historicidade. Precisamos aprender muito com os cubanos!

Caetano Veloso e Gilberto Gil já nos anteciparam em seu monumental *Haiti*, “... e quando você for dar uma volta no Caribe, e quando for trepar sem camisinha, e apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba, pense no Haiti, reze pelo Haiti. O Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. (GIL & VELOSO: 1993).

Não há como não concordar com José Martí, poeta e um dos líderes cubanos mais significativos do século XIX.

[...] O que resta de aldeia na América há de despertar. Estes tempos não são para se deitar com o lenço na cabeça, mas com as armas sob o travesseiro, como os varões de Juan Castellanos: as armas da razão, que vencem as outras. Trincheiras de idéias valem mais do que trincheiras de pedra [...] Resolver o problema depois de conhecer seus elementos é mais fácil do que resolver o problema sem os conhecer. Chega o nativo, indignado e forte, e derruba a justiça acumulada dos livros, porque não se administra de acordo com as necessidades patentes do país. Conhecer é resolver. Conhecer o país é governá-lo conforme o conhecimento, é o único modo de livrá-lo de tiranias. A Universidade européia há de ceder à Universidade americana. A História da América, dos Incas até hoje, ensinar-se-á minuciosamente, ainda que não se ensine a dos arcontes da Grécia. Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Não é mais necessária [...] Cale-se o pretensioso vencido; não há pátria na qual possa ter o homem mais orgulho do que em nossas repúblicas americanas. (MARTI: 1982)

É nesta perspectiva que nos inscrevemos como estudiosos e amantes da América e é neste sentido que convidamos aos colegas docentes para assumirmos nossa autonomia enquanto profissionais e mergulharmos nessa aventura desafiadora e gratificante que é estudar e conhecer mais de perto aquilo que está cravado em nossa existência e nem sempre damos conta, a América.

### **Referências bibliográficas**

BOLÍVAR, Simon. *Escritos Políticos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

COLOMBO, Cristóvão. *Diário da Descoberta da América*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

GERAB, Kátia & RESENDE, M. Angélica. *A Rebelião de Tupac Amaru*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GIL, Gilberto & VELOSO, Caetano. *Tropicália 2*. Rio de Janeiro: Polygram, 1993.

LAS CASAS, Bartolomé de. *O Paraíso Destruido*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

LEON-PORTILLA, Miguel (org.) *A Conquista da América Latina vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTÍ, José. Nossa América, in: BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Anna Maria Martinez (org.). *A América Latina de Colonização Espanhola*. São Paulo: Hucitec, 1982, pp. 202-204.

SILVA, Janice Teodoro da. *Descobrimentos e Colonização*. São Paulo: Ática, 1987.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.